

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.132 - SP (2018/0259552-1)

AGRAVANTE : VIACAO MOTTA LIMITADA
ADVOGADOS : BRUNA SILVEIRA SAHADI - DF040606
MARIA BEATRIZ DE ALBUQUERQUE D'ANTONA -
DF051566
RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA - SP309588
AGRAVADO : EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A
ADVOGADOS : VALDEMIR DA SILVA PINTO - SP115567
CARLOS ALBERTO PACIANOTTO JÚNIOR - SP214264
FERNANDO HENRIQUE CHELLI - SP249623
FLÁVIO AUGUSTO VALÉRIO FERNANDES - SP209083
RAFAEL MORTARI LOTFI - SP236623

DECISÃO

VIAÇÃO MOTTA LTDA. ajuizou ação rescisória em face de EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, visando a desconstituir acórdão prolatado pela 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na medida em que teria sido proferido por juízo absolutamente incompetente (CPC, art. 966, II).

Indeferida liminarmente a ação rescisória, houve interposição de agravo interno, resolvido por acórdão assim ementado (fls. 2140-2146):

AGRAVO INTERNO. Ação rescisória indeferida liminarmente. Inaplicabilidade dos incisos II e V do art. 966 do NCPC. Falta de interesse de agir. Recurso improvido, fixada verba honorária ao Patrono da agravada e autorizada esta ao levantamento do depósito ao qual alude o art. 974, § único, do NCPC.

Contra essa decisão, interpôs VIAÇÃO MOTTA recurso especial (fls. 2148-2160), fundado no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando a violação ao art. 966, II e V, e ao art. 17, todos do CPC. Argumentou que o acórdão recorrido deixou de observar que a decisão colegiada rescindenda foi prolatada por Juízo absolutamente incompetente e em manifesta afronta ao art. 40 do Decreto 2.521/98. Defendeu, ademais, o interesse processual para o ajuizamento da ação rescisória.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 2165-2186.

Por meio da decisão de fls. 2187-2188, o Tribunal *a quo* não admitiu o recurso especial, sob o fundamento de incidência do óbice da Súmula 7/STJ e ausência de violação aos dispositivos legais mencionados.

Tal decisão foi desafiada por agravo em recurso especial (fls. 2191-2216), contraminutado às fls. 2219-2235.

Distribuído o recurso à eminente Ministra Nancy Andrighi, Sua Excelência não conheceu do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ.

A parte, então, interpôs agravo interno (fls. 2277-2289), contraminutado às fls. 2292-2302).

Com o retorno dos autos à eminente relatora, prolatou ela a seguinte decisão:

Cuida-se de agravo interno no agravo em recurso especial interposto por VIAÇÃO MOTTA LIMITADA, contra decisão monocrática de minha relatoria que não conheceu do recurso que interpusera, ante a incidência do óbice da Súmula 182 do STJ.

Extrai-se dos autos que este recurso especial é oriundo de uma ação rescisória, ajuizada pela agravante, em face da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A, na qual pretende a desconstituição de acórdão proferido em ação de indenização por danos materiais cumulada com obrigação de fazer.

Consta do processo que o acórdão rescindendo transitou em julgado após o julgamento do ARES 585.358/SP, distribuído à relatoria do Ministro Humberto Martins (e-STJ fl. 2152).

Em razão de não ter sido anotado nestes autos a prevenção do Ministro Humberto Martins, torno sem efeito a decisão de e-STJ fls. 2273/2274, e determino a consulta ao Ministro sucessor do atual Corregedor Nacional da Justiça, acerca de sua eventual competência para o julgamento deste processo, a teor do disposto do art. 71 do RISTJ.

É o relatório. Decido.

I - Em primeiro lugar, reconheço a prevenção deste relator para o julgamento do presente recurso, na medida em que coube ao eminente Ministro Humberto Martins, a quem sucedi, o julgamento do AREsp 585.358/SP, envolvendo o mesmo contexto fático e as mesmas partes. Anotações necessárias.

II - Na medida em que tornada sem efeito pela decisão de fls. 2316-2317 aquela que não conheceu do agravo em recurso especial, prolato outra em seu lugar.

Assim o fazendo, por considerar impugnados especificamente todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade e presentes os demais requisitos de admissibilidade do recurso, com fundamento no art. 34, VII e XVI, do RI/STJ, **conheço e dou provimento ao agravo, determinando a sua conversão em recurso especial.**

Promovam-se as anotações a propósito da conversão do recurso.

III - Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal para

manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

